

PROCESSO Nº. 142/2019.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2019.
EDITAL Nº. 129/2019.

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373-4500, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, mediante a Presidente da Comul designada pelo Decreto nº. 2018/2019, de de 01 de abril de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando "**PREGÃO ELETRÔNICO**" do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Federal nº. 5.450/2005, Decreto Municipal nº. 803/2007 e, subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123/06 e Decreto Federal nº. 8.538/2015 e suas posteriores alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 - PREÂMBULO

1.1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitações" constante na página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br) nos seguintes prazos e condições:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 08 de outubro de 2019, às 09h00.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 08 de outubro de 2019, às 09h05.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: dia 08 de outubro de 2019, às 09h15.

LOCAL: www.licitacoes-e.com.br (acesso identificado no link - licitações)

1.2. O fornecedor deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas atentando-se também para a data e horário para o início da disputa.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de equipamentos permanentes, médicos-odontológicos e hospitalares contemplados pelo Ministério da Saúde**, de acordo com as especificações e quantitativos contidos neste Anexo I e demais documentos do Edital.

2.2. A critério da Administração, poderão ser solicitados no ato da contratação, laudos de análise, com o objetivo de verificar a propriedade e a qualidade do produto dentro dos parâmetros obrigatório definidos na legislação pertinente, sendo que estes correrão por conta e ônus do licitante.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou através do site www.taruma.sp.gov.br/licitacoes ou www.licitacoes-e.com.br.

3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam previamente credenciadas perante o provedor dos sistema eletrônico.

3.3. Fica vedada a participação de empresas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93:

3.3.1. Empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.3.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.3.3. Empresas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3.3.4. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante instrumentos regulados por esta Portaria ou termos de parcerias, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão e ter acesso ao sistema eletrônico, o licitante deverá se credenciar previamente perante o provedor do sistema, para a geração de chave e senha de acesso. A senha é de responsabilidade da pessoa física que representará a empresa e, portanto, é pessoal e intransferível, devendo ser mantida em absoluto sigilo.

4.2. O credenciamento no sistema do banco dar-se-á através da apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou ocupar cargo assemelhado na empresa proponente, deverá apresentar **cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social devidamente autenticado**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como o documento original de identidade com foto para conferência;

4.2.2. Em se tratando de procurador, as empresas deverão credenciar um representante, mediante a apresentação de **procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os atos inerentes no "licitações-e".

4.3. Para o credenciamento, os interessados deverão dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S.A, sediadas no País, para que façam sua adesão ao licitações-e.

4.3.1. Para o licitante correntista do Banco, é necessário:

4.3.1.1. - firmar Termo de Adesão ao Regulamento;

4.3.1.2. - nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante):

a) O(s) representante(s) também será(ao) registrado(s) no sistema;

b) Caso ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ao) fornecer cópia de identidade, CPF e comprovante de residência.

4.3.2. Para o licitante não correntista do Banco, é necessário:

4.3.2.1. - fornecer cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;

4.3.2.2. - firmar Termo de Adesão ao Regulamento;

4.3.2.3. - nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante):

a) o representante também será(ao) registrado(s) no sistema;

b) caso ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ao) fornecer cópia de identidade, CPF e comprovante de residência.

4.4. O aplicativo "licitações-e" pode ser acessado através dos endereços eletrônicos www.bb.com.br, acesso pelo link "Outros sites/licitações" ou diretamente www.licitacoes-e.com.br.

4.5. O Termo de Adesão ao Regulamento e o Termo de Nomeação de Representante podem ser obtidos na página do sistema Licitações, na internet, opção "Solicitação de credenciamento no Licitações", ou fornecidos pelas agências do Banco.

4.5.1. Para possibilitar maior segurança aos participantes, após preencher o formulário, o interessado estará fazendo apenas um pré-cadastramento, que será enviado à agência por ele escolhida para posterior efetivação.

4.6. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o Cadastro de Fornecedores do Município de Tarumã – SP.

4.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5 - PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

5.1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

5.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta Portal de Compras do gestor do sistemat, utilizar o suporte técnico através do telefone: 0800 729 0500.

6 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio todos os requisitos a saber:

6.2.1 O(s) PREÇO(S) TOTAL(IS) do(s) Lote(s) para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I – Especificação dos Lotes, com a inclusão de todos os custos operacionais, inclusive o frete de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, bem como as demais despesas diretas e indiretas, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

6.2.2 Deverão ser informados: apenas 01 (uma) marca, modelo e fabricante do produto cotado, bem como informações suficientes para análise do mesmo em conformidade com o Anexo I, que deverão ser informados no campo "informações adicionais", quando da formulação da proposta eletrônica, no aplicativo "licitações-e".

6.3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante no sistema eletrônico, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.4. A apresentação da proposta implica na aceitação pelo licitante de que:

6.4.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados à partir da data de abertura do pregão.

6.4.2. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data do aceite da Nota Fiscal;

6.4.3. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de 30 (trinta) dias, contados da data

do recebimento de Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos.

6.4.5. A licitante vencedora responsabilizar-se-á pela entrega dos veículos, bem como pelo descarregamento no(s) local(is) de entrega(s) indicado(s) pelo órgão Requisitante;

6.4.6. O órgão requisitante reserva-se o direito de realizar diligências, após a disputa de preços, para os esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.

6.4.7. Conhece e cumprirá os termos do Edital em todos os seus detalhamentos.

6.5. Poderão ser desclassificadas as ofertas que não atenderem às exigências do presente instrumento convocatório ou apresentem qualquer irregularidade capaz de dificultar o seu julgamento.

6.6. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentada por Lote.

7.3. Os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participarem da etapa de lances, podendo encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado.

7.5. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.6. Os lances ofertados serão no MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

7.7. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10.1. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao pregoeiro verificar a aceitabilidade do(s) preço(s) ofertado(s).

7.11. Encerrada a fase de recebimento de lances, compete ao pregoeiro avaliar a aceitabilidade dos preços apresentados, verificando a perfeita consonância com as especificações e condições do edital, podendo encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor aceitável, para que seja obtido preço melhor, possibilitando decidir sobre sua aceitação.

7.12. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.13. Se as propostas ou os lances de menores valores não forem aceitáveis, ou se os licitantes desatenderem às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta hipótese, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.14. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da sessão de lances

7.15. A classificação das propostas e/ou lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão na Ata, que estará também disponível na internet, através do endereço eletrônico www.taruma.sp.gov.br/licitacoes.

8 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Para efeito de seleção e julgamento, será considerado o **preço global do lote**.

8.2. Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso, nos termos do disposto no artigo 3º da referida Lei Complementar Nº. 123/06 (modelo em anexo), bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL** ou pelo **Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso.

8.3. Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº. 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

8.4. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei nº. 8.666/93.

9 – HABILITAÇÃO

9.1. **Do licitante detentor da melhor oferta serão solicitados os seguintes documentos relativos à habilitação e proposta de preços atualizada, devendo ser remetidos através do e-mail: licitacao@taruma.sp.gov.br, no prazo máximo de 24 horas após o término da sessão virtual de lances, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis:**

9.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Tratando-se de representante legal o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, deverá constar expressos os poderes para a pessoa exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- e) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

9.1.1.1. Serão consideradas habilitadas as empresas que constarem no seu contrato social, objeto social pertinente a contratação que preencherem as condições constantes deste Edital.

9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;
- c) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
 - c.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal da empresa licitante, consistente na apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou apresentação do Plano de Recuperação homologado pelo judiciário em pleno vigor, nos termos da Súmula TCESP nº 50¹;

9.1.4. Qualificação Técnica:

a) Atestado de capacidade técnica emitida por órgão público ou privado de fornecimento de itens compatíveis ao objeto deste certame licitatório.

9.1.5. Declarações obrigatórias:

a) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III).

b) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (Anexo III);

c) Declaração de desimpedimento de licitar e contratar com a administração pública (Anexo III);

d) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração (Anexo III), que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, bem como CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL.

e) Declaração (Anexo III) de que a empresa **não conste:**

1. no cadastro de **empresas inidôneas** do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

2. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como **impedidas ou suspensas;**

3. no **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

9.1.5.a. Declaração “CNAE”. - Esta declaração é obrigatória para a empresa vencedora do certame, que deverá apresentar até a assinatura do Contrato, visto que a mesma não será considerada para fins de habilitação.

9.1.5.b. Declaração “NÃO VÍNCULO MUNICIPAL”. - Esta declaração é obrigatória para a empresa vencedora do certame, que deverá apresentar até a assinatura do Contrato, visto que a mesma não será considerada para fins de habilitação.

9.1.5.c. Declaração “ATENDIMENTO AO DECRETO 7.983/2013”. - Esta declaração é obrigatória para a empresa vencedora do certame, que deverá apresentar até a assinatura do Contrato, visto que a mesma não será considerada para fins de habilitação.

¹ **Súmula 50:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

9.1.5.c. Declaração "QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA" - Esta declaração é obrigatória para a empresa vencedora do certame, que deverá apresentar até a assinatura do Contrato, visto que a mesma não será considerada para fins de habilitação.

9.1.6. Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei n.º 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

9.1.7. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei n.º 8.666/93.

9.2. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

9.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.3. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

9.4. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.4.1. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

9.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo de demais sanções.

9.5. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.6. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 18.3 e seguintes deste Edital.

10 - PROPOSTA ESCRITA

10.1. O licitante vencedor deverá enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços originária da etapa de lances devidamente preenchida em papel timbrado da empresa através de processo de informática, conforme ANEXO I, em via rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

10.2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome da licitante, endereço completo, número do CNPJ.
- b) Número do Processo e número do Pregão;
- c) Preço do item e total do item do lote, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais, sem qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- d) Especificações detalhadas dos itens ofertados, consoante exigências editalícias;
- e) Inclusão de todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: despesas com tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão;
- g) Prazo de entrega - conforme edital (30 dias).
- h) Número da Conta Bancária e email para envio dos empenhos, bem como para efetuação da transação financeira.
- i) **Catálogo do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, com as imagens do produto.**

10.3. Os equipamentos ofertados deverão atender aos padrões de excelência, de acordo com as normas pertinentes;

10.4. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

10.5. O prazo máximo para o envio do solicitado no item acima é de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, sendo que o endereço para correspondência é: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ – UGB LICITAÇÕES, FONE (18) 3329-4500, RUA AROEIRA, Nº. 482 – VILA DAS ÁRVORES – TARUMÃ SP – CEP 19820-000.

10.6. Os itens de propostas que eventualmente contemplem itens que não correspondam às especificações ou quantidades contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital serão desconsiderados.

10.7. Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da administração.

11 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.

11.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 02 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, via Internet no endereço www.licitacoes-e.com.br, Suas Licitações, Acolhimento de Propostas”, PE 029/2019, “Incluir Mensagem” ou através do e-mail: licitacao@taruma.sp.gov.br ou ainda protocolado na Unidade Gerencial Básica – Licitações – UGB - L, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã SP, Cep 19820-000, que será dirigida ao Pregoeiro na Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Tarumã.

11.1.2. Os esclarecimentos e eventuais retificações serão efetuados e disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

11.1.2.1. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Pregoeiro poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã e no endereço eletrônico acima mencionado.

11.1.3. Não serão reconhecidas impugnações do Edital fora dos respectivos prazos legais.

11.2. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

11.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, no endereço web www.licitacoes-e.com.br, *Suas Licitações, Acolhimento de Propostas*, PE 029/2019, "Incluir Mensagem".

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº. 10.520/02, devendo o licitante se manifestar depois de declarado o vencedor da disputa pelo pregoeiro. O Sistema aceitará a intenção do licitante, nas 24 horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O fornecedor desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.

12.1.1. O recorrente manifestará sua intenção com registro da síntese de suas razões, devendo juntar memoriais no prazo de três (03) dias úteis, ficando os demais licitantes convocados a apresentar contra-razões em igual número de dias (03), que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.1.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

12.6. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.2. A adjudicação será feita por lote.

13.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

14.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, em consonância com a proposta de preço;

14.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

14.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

14.5. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias ou técnicos;

14.6. Informar à Prefeitura a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regularidade do fornecimento.

14.7. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega dos itens.

14.8. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Saúde, órgão controlador neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

14.9. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial.

15 - PRAZO DE ENTREGA

15.1. **O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento de Autorização de Fornecimento,** podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos, nos termos definidos no Termo de Referência e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, no endereço por esta indicado.

15.2. As requisições deverão conter:

15.2.1. Identificação da unidade requisitante;

15.2.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 142/2019 – Pregão Eletrônico nº 029/2019);

15.2.3. Número do Contrato;

15.2.4. Identificação da contratada;

15.2.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

15.2.6. Data e horário para a entrega dos equipamentos.

15.3. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-simile e correio eletrônico.

15.4. Os itens deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no cronograma, contados da data de recebimento da respectiva requisição.

15.5. Entregue, o objeto será recebido por servidor designado pelo contratante da seguinte forma:

a) Provisoriamente, após vistoria completa realizada no ato da entrega, para efeito de verificação da conformidade do objeto com a especificação contida no Anexo I (Termo de Referência);

b) Definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis da data do recebimento provisório, que ocorrerá expressa ou tacitamente.

15.6. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

15.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 05 dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

15.6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

16 - CONTRATO

16.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Governo, convocará no prazo de até cinco (05) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93, bem como a suspensão temporária pelo prazo de doze (12) meses.

16.2. Para fins de assinatura do contrato, a proponente deverá obrigatoriamente, comprovar junto ao Setor de Licitações o seu cadastramento no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, apresentando a seguinte documentação:

a) Certidão Emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF:

b) Certidão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS:

c) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça.

16.3. Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a

revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

16.4. O termo de contrato terá vigência de 120 dias, a contar da data de sua assinatura.

16.5. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

16.6. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

17 – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 1% ao mês, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

18.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

18.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

18.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências Editalícias e "contratuais" ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

18.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

18.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

18.4. A sanção de advertência de que trata o item 19.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos produtos;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

18.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

18.6. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a detentora da Ata vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

18.7. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

19 - RESCISÃO

19.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

20 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas, de Fonte 05 (recurso federal), ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.08 - 10.122.0022.2115 - 4.4.90.52 – **950** - Equipamento e material permanente
02.08 - 10.301.0025.2135 - 4.4.90.52 – **952** - Equipamento e material permanente
02.08 - 10.302.0019.2119 - 4.4.90.52 – **953** - Equipamento e material permanente
02.08 - 10.301.0025.2131 - 4.4.90.52 – **954** - Equipamento e material permanente

21 - PAGAMENTO

21. Para condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

21.1. O pagamento será efetuado “À VISTA”, em até 10 (dez) dias úteis contados a partir de:

a) da data de entrega dos itens com a entrega da respectiva Nota Fiscal, junto ao Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Tarumã, após conferida e;

b) mediante a liberação financeira do Fundo Nacional de Saúde e Vigilância Alimentar e Nutricional, celebrado junto ao Ministério da Saúde (Propostas 64614.449000/1140-02, 11685.364000/1170-03, 11685.364000/1170-01, 11685.364000/1170-04, 11685.364000/1170-05, Portaria nº. 3.437 de 29 de dezembro de 2016 e outros)

21.2. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal;

21.3. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades de Transferência Bancária;

21.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

21.5. Para efeito de pagamento, só serão aceitas pela Administração Pública da(s) empresa(s) contratada(s), emissão de Nota Fiscal Eletrônica dos produtos entregues, conforme disciplina a Portaria CAT nº162/2010.

22 - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

22.1. Os preços dos equipamentos serão fixos e irrevogáveis.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

23.2. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.3. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

23.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

23.6. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Tarumã, Departamento de Suprimentos, situado a Rua Aroeira, nº 482 – Vila das Árvores, através de requerimento por escrito.

23.7. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital no endereço acima mencionado, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h30min às 17h00min ou pelo endereço eletrônico licitação@taruma.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-7500 – ramal 9549 / 9530.

23.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.9. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

23.10. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

23.11. Integram o presente Edital:

- 23.11.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 23.11.2. Anexo II – Minuta do Contrato;
- 23.11.3. Anexo III - Modelo das Declarações necessárias.

23.12. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

23.13. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão a disposição para retirada junto ao Departamento de Licitações, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, neste município de Tarumã, após a celebração do contrato.

23.14. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

23.15. Fica eleito o foro da Comarca de Assis para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã SP, 24 de setembro de 2019.

LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº. 142/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2019

OBJETO: Aquisição de equipamentos permanentes, médicos-odontológicos e hospitalares contemplados pelo Ministério da Saúde.

Lote 1 - DIGITALIZADOR E MONITOR IMAGENS RADIOGRAFICAS						
Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total	Marca
1	1	UN	DIGITALIZADOR DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS; COM UM LEITOR INTEGRADO, DE LEITURA ÚNICA (MONOCASSETTE) DE CASSETES E UM CONJUNTO DE PLACAS DE FÓSFORO PARA RAIOS-X, NOS TAMANHOS, 18X24CM, 24X30CM E 35X43CM, CONFORME ESPECIFICADO A SEGUIR: SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DEVE TER RESOLUÇÃO MÍNIMA DE IMAGENS 5 E 10 PIXELS/MM PARA TODOS OS TAMANHOS DE CASSETES. RESOLUÇÃO DE ESCALA DE CINZAS: AQUISIÇÃO MINIMA DE DADOS 14 BITS/PIXEL E SAÍDA MINIMA P/ O PROCESSADOR:12 BITS/PIXEL. SISTEMA DICOM 3.0 PRINT E STORAGE SCU, CONTROLADORA DE REDE FAST ETHERNET E TERMINAIS DE CADASTRAMENTO E MANIPULAÇÃO BÁSICA DE IMAGENS DEDICADOS ÀS SALAS DE EXAME. O SISTEMA DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE:RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DO TAMANHO E TIPO DO CASSETE; IDENTIFICAÇÃO ELETRÔNICA OU CÓDIGO DE BARRAS DOS CASSETES, OU SEJA, A TRANSFERÊNCIA DOS DADOS DO PACIENTE E DO EXAME PARA O CASSETE QUE CONTÉM A IMAGEM EXPOSTA, PERMITINDO A MISTURA DE CASSETES ANTES DA LEITURA SEM PERDA DA IDENTIFICAÇÃO DO EXAME; PROCESSAMENTO DE NO MÍNIMO 040 CASSETES/ HORA EM RESOLUÇÃO PADRÃO DE 10 PIXELS/MM NO FORMATO 35X43CM; UMA ESTAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO, ENTRADA DE INFORMAÇÕES DOS PACIENTES E EXAMES, RECEBENDO OS DADOS DIGITALMENTE PELA REDE DE COMPUTADORES E MÓDULO DE PRÉ-VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS RECÉM-ADQUIRIDAS NO SISTEMA EM RESOLUÇÃO PADRÃO EM MONITORES TOUCH SCREEN DE PELO MENOS DEZENOVE POLEGADAS; GERAÇÃO DE IMAGENS POR MEIO DE UM PROGRAMA (SOFTWARE) DE PROCESSAMENTO BÁSICO. A UNIDADE DEVE, TAMBÉM, TER UM PROGRAMA (SOFTWARE) ADICIONAL DE PÓS-PROCESSAMENTO DE IMAGENS PERMITINDO, A CRITÉRIO DO OPERADOR E DE FORMA MANUAL OU AUTOMÁTICA, INCREMENTAR O CONTRASTE E A LATITUDE DA IMAGEM, SEM PREJUÍZO AO RAW DATA DA IMAGEM; O PÓS-PROCESSAMENTO DE IMAGENS DEVERÁ SER VISUALIZADO EM MONITOR TOUCH SCREEN COM RESOLUÇÃO DE 1280X1024 PONTOS DE ALTO BRILHO (MÍNIMO DE 200 CD/M2) E ALTO-CONTRASTE (MÍNIMO DE 300:1) E NO TAMANHO DE PELO MENOS 19 POLEGADAS E ESTAR EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO DICOM - parte 14; O aplicativo de pós-processamento de imagens deverá ter um módulo específico para manipular imagens de exames de radiologia geral , com árvore de incidências específicas. Efetuar conexão DICOM 3.0, Storage SCU para arquivamento em sistemas PACS; Efetuar de modo automático o enegrecimento da borda da imagem digitalizada que não recebeu radiação; Efetuar anotações de texto e marcações (tipo setas e desenhos de círculos e retângulos) dentro da área de imagem, incluindo medições de distâncias, ângulos; Efetuar conexão DICOM 3.0 Print SCU para impressão;			

			<p>Efetuar gravação de CD / DVD com um ou múltiplos pacientes com imagens, e visualizador, formato DICOM ou JPG. Sistema de gerenciamento de lista de trabalho para conexão com o sistema de informação hospitalar, com capacidade de efetuar conexão DICOM 3.0 MWL SCU para recebimento das informações do sistema de informação hospitalar (HIS) (Modality Worklist Management). Este módulo também deverá buscar as listas de trabalho através de compartilhamento de arquivos texto ASCII com delimitadores de campo e pacientes conforme presente no sistema de agendamento da recepção da radiologia;</p> <p>Possibilitar ao operador capacidade de formatar a impressão com 02 imagens de resolução diagnóstica na mesma película de filme e selecionar tamanhos diferentes de película.</p> <p>Possibilidade de expansão de cada módulo (identificação, digitalização, pós-processamento) individualmente, sem a necessidade de investimento em um outro sistema completo;</p> <p>Software para distribuição e visualização de imagens em até 6 pontos simultaneamente, sendo 1 + 5.</p> <p>Conjunto da cassetes com placas de fósforo com resolução mínima de 10 pixel/mm e nos seguintes formatos:</p> <p>18x24cm: 02 conjuntos</p> <p>24x30cm: 02 conjuntos</p> <p>35x43cm: 02 conjuntos</p> <p>Assistência Técnica e Garantia de 12 meses a partir da instalação e funcionamento dos equipamentos;</p> <p>Treinamento no local de todos os técnicos de radiografia para o uso do sistema de digitalização;</p> <p>Parametrização de todos os filtros dos exames de radiografia para atender os níveis de qualidades presentes no Hospital;</p> <p>Impressora DRY (Seco) para uso em modalidades médicas para Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética, CR, DR.</p> <p>Equipamento com impressão de tecnologia a seco com carregamento de filmes em magazines com capacidade de no mínimo 100 filmes e resolução mínima de pelo menos 320 dpi com um spot size de 100 para a imagem final.</p> <p>Produção de no mínimo 70 filmes/hora 35x43cm</p> <p>Possuir 2 bandejas de armazenamento on-line do sistema (qualquer tamanho de filme em cada bandeja).</p> <p>O equipamento deverá ser DICOM NATIVO, ou seja, sem a necessidade de acessórios externos (print serve) para conversão do sinal ao padrão DICOM 3.0;</p> <p>Permitir conexão com modalidades através do protocolo DICOM 3.0 e Ethernet TCP/IP;</p> <p>No break compatível com o equipamento - 220 v;</p> <p>Garantia de 12 meses após instalação do equipamento;</p>			
2	1	UN	<p>MONITOR PARA LAUDO RADIOLÓGICO; UTILIZADO PARA LAUDO E DIAGNÓSTICO EM IMAGENS RADIOLÓGICAS. CARACTERÍSTICAS GERAIS: MONITOR COM 21 POLEGADAS EM DIAGONAL; CARACTERIZADO E CALIBRADO DE FÁBRICA; MONOCROMÁTICO</p> <p>TECNOLOGIA DE TELA IPS - MATRIZ ATIVA TIPO TFT; TELA DE PROTEÇÃO FRONTAL CONTRA RISCOS NO TFT; PROTEÇÃO ANTIRREFLEXO; ÂNGULO DE VISÃO 178° VERTICAL / 178° HORIZONTAL; RESOLUÇÃO: 3 MEGAPIXELS; 2048x1536 PIXEL; DISTANCIA ENTRE PIXELS DE 0,2115 MM X 0,2115 MM (OU MENOR, OU SEJA QUE</p>			

			<p>PROPORCIONE PRECISÃO SUPERIOR); TEMPO DE RESPOSTA LIGA / DESLIGA 25 MS (MÁXIMO); CONTRASTE DE 1400:1; BRILHO DE 900 CD/M2; BRILHO CALIBRADO EM DICOM 500 CD/M2; ESTABILIZAÇÃO DE BRILHO; EQUALIZADOR DIGITAL DE UNIFORMIDADE; SOFTWARE DE CONTROLE DE QUALIDADE; FOTÔMETRO INTERNO PARA CALIBRAÇÃO; ENTRADA E SAÍDA DE VÍDEO DVI-D E DISPLAYPORT; PORTAS USB 2.0: 01 UPSTREAM; 02 DOWNSTREAM; AJUSTES DE POSICIONAMENTO DO MONITOR: HORIZONTAL; VERTICAL; CONFORMIDADE COM DICOM 3.0; MONTAGEM VESA (100 X 100 MM). ACESSÓRIOS: SUPORTE COM AJUSTE DE ALTURA, ROTAÇÃO E INCLINAÇÃO, PLACA GRÁFICA DE ALTO DESEMPENHO DE 02 GB COMPATÍVEL COM O MONITOR; CABO DE FORÇA, CABO DE SINAL DE VÍDEO DIGITAL DVI-D E DISPLAYPORT, DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O PERFEITO E COMPLETO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS.</p>			
VALOR TOTAL DO LOTE - 1: R\$0,00						
Lote 2 - AUTOCLAVE HORIZONTAL						
Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total	Marca
1	1	UN	<p>AUTOCLAVE HORIZONTAL, PARA ESTERILIZAÇÃO POR VAPOR SATURADO DE ÁGUA SOB PRESSÃO. ESTERILIZA DE FORMA EFICIENTE, RÁPIDA E SEGURA TODOS OS MATERIAIS CRÍTICOS OU SEMI-CRÍTICOS DE USO MÉDICO-ODONTOLÓGICO. SUA EFICIÊNCIA ESTÁ BASEADA EM TRÊS FATORES BÁSICOS: TEMPERATURA DO VAPOR SATURADO DE ÁGUA; TEMPO DE EXPOSIÇÃO E PRESSÃO DE EFEITO LETAL PARA QUALQUER MICROORGANISMO. GABINETE EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPOXI, QUE LHE CONFERE ALTO PADRÃO DE ACABAMENTO, SEM RISCO DE SOFRER OXIDAÇÕES, MEDINDO 670MM DE PROFUNDIDADE, 460MM DE LARGURA, 400MM DE ALTURA E UM PESO DE 32KG. CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO ISOLADA COM MANTA DE LÃ DE VIDRO, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304-18/8, COM 21 LITROS, ABRANGENDO UM ESPAÇO SUFICIENTE PARA ESTERILIZAÇÃO DE CAIXAS E EMBALAGENS CIRÚRGICAS; SUPORTE COM DUAS BANDEJAS EM ALUMÍNIO, PERFURADAS, REMOVÍVEIS, PERMITEM A LIMPEZA TOTAL DA CÂMARA INTERNA; RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO ACOPLADA EXTERNAMENTE A CÂMARA, EVITANDO AS INDESEJÁVEIS CONTAMINAÇÕES E INCRUSTAÇÕES QUE OCORREM NAS RESISTÊNCIAS DE IMERSÃO. DIMENSIONADA PARA USO EM CIMA DE PIAS E ARMÁRIOS ODONTOLÓGICOS, NÃO NECESSITANDO DE MÓVEL AUXILIAR OU ADAPTAÇÕES FORA DOS PADRÕES ODONTOLÓGICOS. PORTA DA CÂMARA EM ALUMÍNIO FOSCO COM GRANDE RESISTÊNCIA A PRESSÃO; SISTEMA DE VEDAÇÃO DA PORTA COM GUARNIÇÃO DE SILICONE DE ALTA PERFORMANCE RESISTENTE A VARIAÇÃO DE TEMPERATURA E PRESSÃO; PORTA COM BARREIRA EXTERNA EM CHAPA DE POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO ESTRUTURADO, EVITA QUE O USUÁRIO ENCOSTE A MÃO EM PARTES QUENTES DA PORTA E QUE VAPORES EMITIDOS AO ABRIR A PORTA ATINJA O USUÁRIO; TRAVAMENTO DA PORTA COM ALAVANCA LOCALIZADA NA LATERAL ESQUERDA DA AUTOCLAVE. ABASTECIMENTO MANUAL DA CÂMARA COM ÁGUA DESTILADA ATÉ A MARCA INDICADA NO RESERVATÓRIO, UTILIZANDO-SE DE UM COPO GRADUADO PARA DOSAR A QTDE DE ÁGUA. VÁLVULA COM ABERTURA AUTOMÁTICA CONTRA SOBRE PRESSÃO DA CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO CASO ULTRAPASSE DE 3,0 KGF/CM2 - E</p>			

			<p>SENSOR DE SOBRE AQUECIMENTO DESLIGA AUTOMATICAMENTE A RESISTÊNCIA CASO A TEMPERATURA ULTRAPASSE O LIMITE AJUSTADO; POTÊNCIA DE 654 W. PAINEL DE COMANDO COM LED DOOR INDICA SE A PORTA ESTÁ ABERTA OU FECHADA, LED HEAT INDICA SE A RESISTÊNCIA ESTÁ LIGADA OU DESLIGADA; TECLA START PARA INÍCIO DO CICLO; CHAVE LIGA/DESLIGA; TERMOMANÔMETRO INDICA A PRESSÃO/TEMPERATURA DENTRO DA CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO. AUTOCLAVAGEM PADRÃO PRÉ-PROGRAMADA APÓS ATINGIR A PRESSÃO E TEMPERATURA DE OPERAÇÃO COM CICLO DE 8 MINUTOS, VAPOR SATURADO DE ÁGUA A 134°C DE TEMPERATURA E PRESSÃO DE 2,3KGF/CM2 PARA MATERIAIS E INSTRUMENTAIS DESEMBALADOS, ENVELOPADOS E EMPACOTADOS.DISPOSITIVOS ELETRO-ELETRÔNICOS OFERECEM PROTEÇÃO CONTRA IMPREVISTOS.AO FINAL DO CICLO OCORRE A EXAUSTÃO AUTOMÁTICA, O MANÔMETRO DE PRESSÃO IRÁ ZERAR E A AUTOCLAVE EMITIRÁ UM SINAL SONORO, TODO O VAPOR INTERNO DA AUTOCLAVE É DRENADO PARA O GALÃO DE DESCARTE DA EXAUSTÃO OU PARA UMA TUBULAÇÃO DE ESGOTO ESPECIAL; COM A PORTA ENTREABERTA E RESISTÊNCIA DESLIGADA, INICIAR A SECAGEM COM UM CICLO DE ATÉ 30 MINUTOS. ACOMPANHAR A MANGUEIRA E ABRAÇADEIRA PARA DESCARTE DA AGUA RESIDUAL E COPO DOSADOR DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO. APARELHO TER SIDO SUBMETIDO A UM RIGOROSO PROCESSO DE TESTES COM INDICADORES QUIMICOS E BIOLOGICOS QUE GARANTA A QUALIDADE DA SUA ESTERILIZAÇÃO.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE - 2: R\$0,00

Lote 3 - RAO X ODONTOLOGICO						
Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unif.	Vi. Total	Marca
1	1	UN	<p>RAIO X ODONTOLÓGICO PAREDE; COM BRAÇO ARTICULADO FABRICADO SEGUINDO RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS NBR IEC 601-1, IEC 601-2-7, IEC 601-1-3, IEC 601-2-28 E IEC 601-2-32. CONSTRUÍDO EM UMA ESTRUTURA DE AÇO TUBULAR, POSSUI MOVIMENTOS SUAVES COM GIRO HORIZONTAL LIVRE DE 360° NAS CONEXÕES DO BRAÇO COM A COLUNA, NA JUNÇÃO DOS BRAÇOS E NO MOVIMENTO DO CABEÇOTE, ELIMINANDO A POSSIBILIDADE DE ROMPIMENTO DA FIAÇÃO ELETRICA.GIRO LIVRE DE360° DAS ARTICULAÇÕES ELIMINANDO A POSSIBILIDADE DE TORÇÃO DO CHICOTE ELÉTRICO CABEÇOTE DE RAIOS X COM CAPACIDADE DE 70 KVP E 8 MA, INTEGRA TODOS OS RECURSOS PARA PROPORCIONAR QUALIDADE E SEGURANÇA. O TUBO DE RAIOS X , DE ALTA QUALIDADE, PERMITE RADIOGRAFIAS MAIS NÍTIDAS, COM ÓTIMO CONTRASTE E MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO. É REVESTIDO INTERNAMENTE COM CHUMBO, POSSUI CÂMARA DE EXPANSÃO E BOBINAS DE ALTA TENSÃO REVESTIDA COM RESINA EPOXY ISOLANTE QUE AUMENTA A VIDA ÚTIL DO APARELHO. O CABEÇOTE É FECHADO A VÁCUO EM ÓLEO COM TRATAMENTO ESPECIAL PARA ELEVAÇÃO DO COEFICIENTE DIELÉTRICO.POSSUI LOCALIZADOR CILÍNDRICO LONGO, FILTRO DE ALUMÍNIO E COLIMADOR DE CHUMBO PARA LIMITAÇÃO DOS RAIOS X.COMANDO DISPARADOR DESENVOLVIDO DENTRO DA MAIS MODERNA TECNOLOGIA, O TIMER ELETRÔNICO DIGITAL É MICROPROCESSADO E SEU DISPLAY É EM LCD, O QUE PERMITE MAIOR INTERAÇÃO NAS INFORMAÇÕES AO USUÁRIO, ELIMINANDO A</p>			

			<p>APRESENTAÇÃO DE CÓDIGOS PARA SEU USO. O TEMPO DO DISPARO É CENTESIMAL E VARIA DE 0,32 A 3,20 SEGUNDOS DE TEMPO REAL DE EXPOSIÇÃO, COM POSSIBILIDADE DE USO DE TEMPOS PRÉ DEFINIDOS ATRAVÉS DE SIMPLES SELEÇÃO DE UTILIZAÇÃO COM SENSOR PARA RADIOGRAFIA DIGITAL OU PELÍCULA CONVENCIONAL, TIPOS DE PELÍCULA, TIPOS DE PACIENTE E TIPOS DE DENTE A SEREM RADIOGRAFADOS. O CONTROLE REMOTO É EQUIPADO COM CABO ESPIRAL DE 5 METROS. POSSUI SINAL SONORO E LED INDICATIVO DO DISPARO DO RAIOS X. APARELHO DE RAIOS X XDENT MODELO D70</p> <p>MODELO : FIXO DE PAREDE CAPACIDADE DE 70 KVP E 8 MA FILTRO TOTAL: 3,61MM AL/EQUIVALENTE PONTO FOCAL: 0,8 X 0,8 MM - Tempo de exposição 0,32a 3,20 segundos. O Aparelho deve ser testado e certificados através de laudos técnicos. Acompanhar o equipamento, o Certificado de radiação de fuga e de Blindagem atestado por físico medico, Braço com 1,20 m de área útil.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE - 3: R\$0,00

Lote 4 - AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO

Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total	Marca
1	1	UN	<p>AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO; BATEDOR DE CÁPSULA ATRAVÉS DE 4.200 OSCILAÇÕES HELICOIDAIS POR MINUTO. PAINEL DE CONTROLE COM TECLADO TIPO MEMBRANA E DISPLAY INDICADOR DE TEMPO, COM ESCALA DE 10 A 19 SEGUNDOS INDICADA POR TIMER, DOTADO DE MEMÓRIA DIGITAL COM DIVISÕES DE 1 SEGUNDO. POSSUI TAMPA PROTETORA DE ACRÍLICO QUE IMPEDE O FUNCIONAMENTO COM TAMPA ABERTA. ALTURA 185 MM; LARGURA 251 MM; COMPRIMENTO 181 MM; PESO 3,6 KG; TENSÃO 127 E 220 VOLTS. APRESENTAR REGISTRO ANVISA, COMPROVANTE BPF BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO ISO-9000. ANEXAR CATÁLOGO, CUJAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ACIMA ESTEJAM EVIDENTES.</p>			

VALOR TOTAL DO LOTE - 4: R\$0,00

Lote 5 - APARELHO ULTRASSOM CONJUGADO

Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total	Marca
1	1	UN	<p>APARELHO CONJUGADO DE ULTRA-SOM; PIEZOELÉTRICO E JATO DE BICARBONATO DE SÓDIO PARA PROFILAXIA DO CÁLCULO E DO BIOFILME NÃO MINERALIZADO. CORPO COM DIMENSÕES REDUZIDAS, LEVE E DE FÁCIL POSICIONAMENTO PARA O TRABALHO, CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO COM ESPESSURA DE 3 MM, COM PLÁSTICO INJETADO, OFERECE ALTA RESISTÊNCIA ESTRUTURAL E À OXIDAÇÃO; PEÇAS METÁLICAS COM PINTURA LISA COM TINTA À BASE DE EPÓXI PERMITE FÁCIL DESINFECÇÃO, SEM QUE OS PRODUTOS ALTEREM A PINTURA DO APARELHO; INTERNAMENTE ALOJAM-SE A UNIDADE GERADORA DE ULTRA-SOM, FILTRO DE AR, VÁLVULA DUPLA PNEUMÁTICA, RESERVATÓRIO DE BICARBONATO DE SÓDIO, BOMBA PERISTÁLTICA, SISTEMA DE AR COMPRIMIDO E EXTERNAMENTE PAINEL CONTENDO: LED INDICA QUE O APARELHO ESTÁ ENERGIZADO; CHAVE SELETORA DO ULTRA-SOM OU JATO DE BICARBONATO; CHAVE SELETORA DE POTÊNCIA DO ULTRA-SOM REGULÁVEL EM SETE ESTÁGIOS PERMITE MAIS OU MENOS POTÊNCIA, DEPENDENDO DA MASSA DO CÁLCULO E DE SUA DENSIDADE E OFERECE MAIOR CONFORTO AO PACIENTE DURANTE A REMOÇÃO E CHAVE DE</p>			

			<p>REGULAGEM EM TRÊS NÍVEIS DO VOLUME DO FLUXO IRRIGANTE DO LÍQUIDO DA BOMBA PERISTÁLTICA. CIRCUITO ELETRÔNICO COM ESTABILIZADOR DE FREQUÊNCIA NÃO PERMITE QUE AS OSCILAÇÕES COMUNS DA REDE ELÉTRICA INTERFIRAM NO PADRÃO DE VIBRAÇÃO ULTRA-SÔNICA DO EQUIPAMENTO. PEÇA DE MÃO DO ULTRA-SOM LEVE E DE FORMATO ANATÔMICO, DE FÁCIL EMPUNHADURA, PERMITE PRECISÃO NO TRABALHO DE RASPAGEM E MELHOR SENSIBILIDADE TÁTIL PARA COMPLETA REMOÇÃO DO CÁLCULO, POIS NÃO É A FORÇA APLICADA QUE FARÁ A REMOÇÃO, MAS A VIBRAÇÃO ULTRA-SÔNICA APLICADA AO DENTE. TRANSDUTOR CERÂMICO PIEZOELÉTRICO COM QUATRO PASTILHAS DE CERÂMICAS MONTADAS INTERMITENTES UMA A OUTRA, QUE TRABALHAM SOB ALTÍSSIMA PRESSÃO, GERANDO VIBRAÇÕES ULTRA-SÔNICAS DE 30 KHZ \pm 5 COM A MESMA AMPLITUDE E FREQUÊNCIA. - Duas capas protetoras do transdutor, rígidas, removíveis e esterilizáveis em autoclave até 134° C, o que elimina a contaminação cruzada e não submete o transdutor à autoclavagem, preservando sua vida útil, pois é sabido que esterilizações freqüentes do transdutor cerâmico comprometem seu rendimento. Ponta ativa do instrumento com movimento linear antero posterior longitudinal ao cabo com amplitude variável, dependendo da potência, de 0,05mm a 0,1mm; por não apresentar movimentos em outros planos, a ponta ativa não "risca" e não "martela" a superfície do dente; o que propicia uma raspagem eficiente, sem que a superfície fique irregular; oferece maior eficácia na remoção do cálculo supra e subgingival, nas superfícies vestibulares, linguais ou palatinas, fossas e fissuras oclusais, nas superfícies interproximais. Acompanha três tips para remoção do cálculo - 02 Perio Sub e 01 Perio Supra - e duas chaves para instalação dos tips contendo um anel de borracha resistente, com prolongador de proteção, para evitar acidentes ao CD/auxiliar quando da troca, todos esterilizáveis em autoclave. Sistema de remoção do biofilme não mineralizado selecionado através de chave seletora no painel e constar de um reservatório de bicarbonato de sódio, que armazena a quantidade de bicarbonato para profilaxia; evitando que o pó fique úmido obstruindo as partes internas do aparelho. Altamente resistente, oferecendo eficiência na limpeza e melhor qualidade no jato ativo. Com tampa transparente permitindo verificar a quantidade de pó no interior.</p>			
VALOR TOTAL DO LOTE - 5: R\$0,00						
Lote 6 - CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO						
Item	Qtde	Unid	Descrição	VI. Unit.	VI. Total	Marca
1	1	UN	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COMPOSTO: CADEIRA ODONTOLÓGICA ELETROMECÂNICA COM SISTEMA FUSO, CIRCUITO ELÉTRICO INTELIGENTE COM POSIÇÕES PARA O INÍCIO E FINAL DE TRABALHO, BASE COM DIMENSÃO QUE PERMITE APROXIMAÇÃO DO CD / AUXILIAR AO CAMPO OPERATÓRIO; FABRICADA EM CHAPA METÁLICA COM CORTE À LASER. SISTEMA TIPO PANTOGRÁFICO DE ELEVAÇÃO CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DE ATÉ 180 KG. MOVIMENTOS DO ASSENTO E ENCOSTO ACIONADOS POR DOIS MOTORREDUTORES ELÉTRICOS, ISENTOS DE ÓLEO. ARTICULAÇÃO CENTRAL ÚNICA ENTRE ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADO EM FERRO			

			<p>FUNDIDO MODULAR. COMANDOS ELÉTRICOS ATRAVÉS DE COMANDO DE PÉ CONECTADO À BASE DA CADEIRA,(COM PEDA JOYSTICK OPCIONAL);MOVIMENTOS DE SUBIDA E DESCIDA DO ASSENTO E ENCOSTO; TRÊS POSIÇÕES DE TRABALHO; VOLTA A ZERO; LIGA E DESLIGA DO REFLETOR. ESTRUTURAS DO ASSENTO E ENCOSTO FABRICADAS EM VERGALHÕES E CHAPAS DE AÇO DOBRADO ENCOSTO REVESTIDO EM POLIESTIRENO DE ALTO; BRAÇO ESQUERDO CONFECCIONADO, EM INTEGRAL SKIN. ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO 785 MM, MÍNIMA DE 390 MM ACIMA DO PISO. ESTOFAMENTO ANATÔMICO COM COMPRIMENTO DE 1870 MM E LARGURA MÁXIMA DO ENCOSTO DE 600 MM, CONSTRUÍDO COM ESPUMA DE POLIURETAN; MOLDADO COM PERFIL DE PVC EXPANDIDO COM FORRO EXTRA EM MALHA PA; COM APOIO LOMBAR; TOTALMENTE SEM COSTURA OU EMENDAS CAPA PROTETORA LAVÁVEL PARA OS PÉS. ENCOSTO DE CABEÇA COM FORMAS E ESPESSURAS REDUZIDAS E MOVIMENTOS LONGITUDINAL E BI-ARTICULADO, AJUSTÁVEL, COM MOVIMENTO ANTERO-POSTERIOR, PARA ATENDIMENTO A PACIENTES ESPECIAIS E ODONTOPEDIATRIA.CIRCUITO ELÉTRICO DE BAIXA VOLTAGEM DE CORRENTE CONTÍNUA E CABOS PLANOS DE ALTA FLEXIBILIDADE E ISOLAÇÃO ELÉTRICA. FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO, SISTEMA INTERNO DE CANALETAS PARA A PASSAGEM DAS MANGUEIRAS. EQUIPO ODONTOLÓGICO MODELO CART, MONTADO SOB CONJUNTO DE QUATRO RODIZIOS. SELEÇÃO AUTOMÁTICA DAS PONTAS POR SISTEMA PNEUMÁTICO, ATRAVÉS DE BLOCO DE ACIONAMENTO. - Terminal de pontas com seringa tríplice, mecânica, com ar, água e spray e condutos separados de ar e água. Puxadores bilaterais incorporados ao corpo. Bandeja removível para colocação de material e instrumental de uso constante; fabricada em aço inox, Reservatório de água fixado no suporte sob o corpo da unidade auxiliar, com tampa despressurizadora. UNIDADE AUXILIAR; Bacia removível, confeccionada em cerâmica esmaltada, Suporte dos sugadores fixado no braço, com giro de 180o; Tubulação de água, ar e esgoto em PVC e poliuretano totalmente embutida. Separadores de detritos, instalados sob a tampa frontal da cadeira, com tampa e tela em aço inox. Caixa de esgoto blindada em PVC, com respiro e abafador. Unidade auxiliar acoplada a cadeira; acompanha os movimentos de subida e descida da cadeira. REFLETOR ODONTOLÓGICO, monofocal, composto de cabeçote com espelho especial multifacetado, com tecnologia de iluminação em LED, Intensidade de luz programável na faixa de 6.000, 9.000, 15.000 e 22.000 lux através de comando localizado no pedal da cadeira. Coluna de fixação e braço tipo pantográfico, com formato redondo, confeccionado em aço carbono. Braço multiarticulado com articulações em aço carbono. Voltagem de alimentação 220v – 60 Hz. Capacidade de levantamento: Carga distribuída de 200 kg (massa paciente + acessórios e equipamentos). PRODUTO REGISTRADO NA ANVISA C OM CATALOGOS QUE COMPROVAM AS DESCRIÇÕES.</p>			
VALOR TOTAL DO LOTE - 6: R\$0,00						
Lote 7 - AR CONDICIONADO						
Item	Qtde	Unid	Descrição	VI. Unit.	VI. Total	Marca
1	1	UN	AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 18.000 BTUS FRIO 220V			

			MODELO: SPLIT HI-WALL, CICLO:FRIO, VOLTAGEM (V): 220, CLASSIFICAÇÃO INMETRO: A, COR DA EVAPORADORA: BRANCO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO BTU/H):18.000, VAZÃO DE AR MÁXIMA (M³/MIN): 14,51, FUNÇÕES: TIMER, SLEEP, SWING E TURBO			
--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE - 7: R\$0,00

Lote 8 - MICROCOMPUTADOR

Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unif.	Vi. Total	Marca
1	2	UN	MICROCOMPUTADOR - MICROC. PROCESSADOR: 4 NÚCLEOS FÍSICOS COM FREQ. CLOCK REAL IGUAL OU SUPERIOR A 3,5 GHZ, GPU INTEGRADA, CACHE DE 6MB MEMÓRIA: 8 GB INSTALADA DDR4-2133 MHZ OU SUPERIOR, EXPANSÍVEL ATE 16GB OU SUPERIOR; PLACA-MÃE 4 SATA 3, 6 USB, SENDO 2 NO PAINEL FRONTAL, 1 (OU MAIS) PCI-EXPRESS X16, 1 (OU MAIS) PCI EXPRESS X1 (OU X4), COM SOM E VIDEO INTEGR.; UNIDADE ÓPTICA: DVD-RW SATA; DISCO RÍGIDO: 1 SATA 500 GB, 7200 RPM; CONTROLADORA DE REDE 10/100/1000MBPS COM SUPORTE WAKE ON LAN, COM CONEC. RJ45; GABINETE, 01 BAIAS EXTERNA 5.25", 1 BAIA INTERNA 3.5" E COOLER EXAUSTOR, FONTE ATX 2.0 DE 450W (REAL), BOTÃO LIGA/DESLIGA 24 PINOS COM NO MÍNIMO 4 CONECTORES SATA; CABO DE ENERGIA PADRÃO NBR 14.136; MOUSE ÓPTICO, CONECTOR USB E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 DPI; TECLADO PADRÃO ABNT2 (NÃO SER COMPACTO OU SLIM), CONECTOR USB COM TECLADO NUMÉRICO; MONITOR LED 19" (WIDESCREEN 16:9); GARANTIA FABRICA ON SITE DE 1 ANO; SISTEMA OPERACIONAL: LICENÇA GENUÍNA WINDOWS 10 PROFESSIONAL (64 BITS).			
2	16	UN	MICROCOMPUTADOR COMPLETO, PROCESSADOR: 4 (QUATRO) NUCLEO FISIICOS COM FREQUENCIA DE CLOCK REAL IGUAL OU SUPERIOR A 3,5 GHZ, GPU INTEGRADA, CACHE DE 6MB MEMÓRIA: 8GB INSTALADA DDR4-2133 MHZ OU SUPERIOR, EXPANSÍVEL ATE 16GB OU SUPERIOR; PLACA-MÃE: 4 (QUATRO) SATA 3, 6 (SEIS) USB, SENDO 2 (DUAS) NO PAINEL FRONTAL, 1 (UMA OU MAIS) PCI-EXPRESS X16, 1 (UMA OU MAIS) PCI EXPRESS X1 (OU X4), COM SOM E VIDEO (VGA OU DVI) INTEGRADO; UNIDADE ÓPTICA: DVD-RW SATA; DISCO RÍGIDO: 1 SATA 500 GB, 7200 RPM; CONTROLADORA DE REDE 10/100/1000MBPS COM SUPORTE WAKE ON LAN, COM CONECTOR RJ45; GABINETE: COR PRETA, 01 (UMA) BAIAS EXTERNA 5.25", 1 (UMA) BAIA INTERNA 3.5" E COOLER EXAUSTOR, FONTE ATX 2.0 DE 250W (REAL) COM BOTÃO LIGA/DESLIGA 24 PINOS COM NO MÍNIMO 4 CONECTORES SATA; CABO DE ENERGIA PADRÃO NBR 14.136; MOUSE: COR PRETA, ÓPTICO, CONECTOR USB E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 DPI; TECLADO: PADRÃO ABNT2 (NÃO PODE SER COMPACTO OU SLIM), COR PRETA, CONECTOR USB COM TECLADO NUMÉRICO; MONITOR DE VÍDEO 19" LED - COR PRETA (VGA OU DVI), CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COM RELAÇÃO LARGURA-ALTURA 16:9, RESOLUÇÃO NATIVA 1366 X 768, COM OSD (ON SCREEN DISPLAY) EM PORTUGUÊS, COMPATÍVEL COM LINUX, ACOMPANHADO DE CABO DE DADOS E DE ENERGIA PADRÃO NBR 14.136 GARANTIA DE 01 ANO DO FABRICANTE.			

VALOR TOTAL DO LOTE - 8: R\$0,00

Lote 9 - BALANÇAS

Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unif.	Vi. Total	Marca
1	5	UN	BALANÇA ATÉ 200KG; LEVE E PORTÁTIL, INDICADA PARA VERIFICAR PESO DE BEBÊS, APARECENDO NO VISOR			

			SOMENTE O PESO DO QUE ESTÁ NO COLO. PESO NORMAL ATÉ 200KG, DISPLAY LED. GRADUAÇÃO: 50GR. CAPACIDADE 200KGS. ACIONAMENTO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, SÓ SUBIR, INDICADOR SOBREPESO, INDICADOR BATERIA, UNIDADES DE MEDIDA KG E LB, PLATAFORMA EM PLÁSTICO ABS COR AZUL, ANTIDERRAPANTE, ALIMENTAÇÃO: BATERIA; INCLUSAS, MEDIDAS 30,2 X 30,2 X 1,8CM, PESO DA BALANÇA:1,6 KILOS, MANUAL EM PORTUGUÊS, COR AZUL. - BALANÇA MAMAE BEBE COM FUNÇÃO TARA			
2	5	UN	BALANÇA BC 730 ANALISADOR CORPORAL POR BIOIMPEDÂNCIA; TIPO DE BALANÇA: COMPOSIÇÃO CORPORAL ,DIGITAL, PESO MÁXIMO SUPOSTADO: 150 KG, MODELO BC 730, MATERIAL DA PLATAFORMA: TERMOPLÁSTICO""			
3	5	UN	BALANÇA PEDIÁTRICA ANTROPOMÉTRICA ELETRÔNICA; CAPACIDADE 15KG, DIVISÃO DE 5G, FAIXA DE MEDIÇÃO ANTROPOMÉTRICA NA CONCHA DE 54CM; CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO COM MEDIDA 540 X 290 MM INJETADA EM MATERIAL ANTI-GERMES; DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA; ESTRUTURA INTERNA EM AÇO CARBONO ACABAMENTO BICROMATIZADO; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO - BI - VOLT; FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA DA BALANÇA; HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEN; ASSISTENCIA TÉCNICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.			
4	1	UN	BALANÇA; ADULTA COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA; COM CAPACIDADE DE ATÉ 200KG.			
VALOR TOTAL DO LOTE - 9: R\$0,00						

Fornecedor: _____

CNPJ nº. _____

Valor Global: R\$ _____ (_____)

Validade da proposta : _____

Condições de pagamento : _____

Conta Bancária para pagamento: _____

_____, de _____ de 2019.

Carimbo da Empresa
Assinatura do
Responsável

Notas:

- O preço proposto deverá ser orçado pelo valor total dos equipamentos, já computados impostos, taxas e demais encargos (com custo de transporte, frete, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qual quer natureza, acessório e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no edital e anexos).
- Os produtos cotados deverão atender a legislação a eles pertinentes.
- Informar a marca e modelo dos produtos, tanto na proposta física, quanto na proposta do sistema eletrônico.
- Devem ser fornecidos junto com os equipamentos, todos os acessórios, manual e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo.

ANEXO II (MINUTA DE CONTRATO)

"MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES, MÉDICOS-ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES CONTEMPLADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA _____, NA FORMA ABAIXO":

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 - SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, e Inscrição Estadual n.º _____, com sede a Rua _____ n.º _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º _____, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado a Rua _____ n.º _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Eletrônico n.º ____/2019, homologado em _____, com fulcro na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal n.º 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a **Aquisição de equipamentos permanentes, médicos-odontológicos e hospitalares contemplados pelo Ministério da Saúde**, de acordo com o Termo de Referência, conforme Proposta Comercial apresentada pela licitante vencedora, à qual o presente termo está vinculado.

CLÁUSULA SEGUNDA DO REGIME DE EXECUÇÃO

2. A execução do presente contrato dar-se-á de forma integral de fornecimento do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS DOCUMENTOS

3. Fazem parte integrante do presente instrumento, em atendimento à Lei Federal n.º 8.666/93, e suas conseqüentes alterações, os seguintes documentos em plena validade:

a) Pregão Eletrônico 029/2019, e seu respectivo anexo.

b) Proposta Comercial, apresentada pela Contratada, devidamente assinada e rubricada.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR E PAGAMENTO

4.1. O Contratante obriga-se a pagar pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior a importância de R\$ _____ (_____).

4.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

4.3. Para condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

4.4. O pagamento será efetuado "À VISTA", em até 10 (dez) dias úteis contados a partir de:

a) da data de entrega dos itens com a entrega da respectiva Nota Fiscal, junto ao Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Tarumã, após conferida e;

b) mediante a liberação financeira do Fundo Nacional de Saúde e Vigilância Alimentar e Nutricional, celebrado junto ao Ministério da Saúde (Propostas 64614.449000/1140-02, 11685.364000/1170-03, 11685.364000/1170-01, 11685.364000/1170-04, 11685.364000/1170-05, Portaria nº. 3.437 de 29 de dezembro de 2016 e outros).

4.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

4.7. O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA DOS PRAZOS

5.1. Este termo de contrato terá **vigência de 120 dias**, a contar da data de sua assinatura.

5.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

5.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA SEXTA DA ENTREGA DOS ITENS

6.1. A entrega dos itens objetos deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade.

6.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da própria aquisição dos equipamentos.

6.4. As requisições dos produtos deverão conter:

6.4.1. Identificação da unidade requisitante;

6.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo n.º 142/2019 – Pregão Eletrônico.º 029/2019);

6.4.3. Número do Contrato;

6.4.4. Identificação da contratada;

6.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

6.4.6. Data e horário para entrega dos produtos.

6.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

6.6. A contratada compromete-se a entregar os equipamentos em perfeito estado de conservação e em funcionamento.

6.7. O recebimento provisório será efetuado no ato da entrega e verificação das especificações técnicas do Termo de Referência e da Proposta Comercial.

6.8 O recebimento definitivo será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a realização de teste de conformidade e vistoria por servidor técnico responsável designado pela Prefeitura Municipal de Tarumã, mediante a lavratura de termo de aceite, para que seja configurado o recebimento definitivo.

6.9. O objeto da presente licitação somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

6.9.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

6.9.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

6.9.3. Caso a substituição/complementação não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

02.08 - 10.122.0022.2115 - 4.4.90.52 – **950** - Equipamento e material permanente
02.08 - 10.301.0025.2135 - 4.4.90.52 – **952** - Equipamento e material permanente
02.08 - 10.302.0019.2119 - 4.4.90.52 – **953** - Equipamento e material permanente
02.08 - 10.301.0025.2131 - 4.4.90.52 – **954** - Equipamento e material permanente

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega dos itens licitados;

8.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.1.4. Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições na entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção.

8.1.5. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.1.6. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr.(a). _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e inscrito no CPF n.º _____, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.2. São obrigações da Contratada:

8.2.1. Entregar os itens licitados conforme especificações deste edital em consonância com a proposta de preço;

8.2.2. O licitante deverá atentar para a qualidade do produto a ser entregue, pois somente será aceito aqueles que estiver dentro dos parâmetros solicitados, atendendo aos padrões exigidos pelo Mercado.

8.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

8.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

8.2.6. A licitante vencedora do certame deverá oferecer assistência técnica integral.

8.2.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

8.2.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes do fornecimento dos itens.

8.2.9. Comparecer sempre que solicitado à Secretaria Municipal de Saúde, órgão controlador, neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

8.2.10. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

8.2.11. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extra-judicial;

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES E MULTAS

9.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, sujeitar-se-á o licitante à multa de 1%, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

9.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

9.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá também, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

9.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

9.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

9.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

9.4. A sanção de advertência de que trata o item 9.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados no recebimento dos itens;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

9.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública.

9.6. Caberá ainda a suspensão quando o licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

9.7. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

9.8. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

9.9. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

10. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

10.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal; ou,
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

10.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor, na presença de testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

_____, ____ de _____ de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Elvira Alice Gozze Da Silva
RG nº 7.733.162-X SSP/SP

2. _____
Lucilena Pereira Santos
RG nº. 27.084.488-0

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2019 – Pregão Eletrônico nº. ____/2019, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC n.º 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2019 – Pregão Eletrônico nº. ____/2019, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação, e que somente entregará envelopes contendo a “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2019 – Pregão Eletrônico nº. ____/2019, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas no art. 27, da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2019 – Pregão Eletrônico nº. ____/2019 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2019 – Pregão Eletrônico nº. ____/2019, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____
nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado
de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato representada por seu
(sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa(razão social/CNPJ) **não consta:**

1. no cadastro de **empresas inidôneas** do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
2. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como **impedidas ou suspensas;**
3. no **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

_____, ____ de _____ de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua
....., na cidade de, portador da RG
..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o
Senhor(a)....., portador do RG....., residente a
rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim
especial de representar a empresa, situada a rua
(Avenida)....., nº, na cidade de, Estado
de, CNPJ..... e Inscrição
Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de
Licitação....., Modalidade Pregão Eletrônico, nº, para efetuação de lances de
preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa
acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de ____

Ass.